



CGM MANAUS - AM

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

EDITAL Nº 2, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

CÓD: OP-050NV-25
7908403584239

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Informática	69
3. Noções de Administração Financeira e Orçamentária	87
4. Noções de Auditoria Governamental e Controles Interno e Externo	103
5. Noções de Direito Constitucional.....	113
6. Noções de Direito Administrativo	129
7. Legislação Municipal.....	151

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

UMA LEMBRANÇA

Foi em sonho que revi a longamente amada; sentada numa velha canoa, na praia, ela me sorria com afeto. Com sincero afeto – pois foi assim que ela me deixou aquela fotografia com sua letra suave e ginasiana.

Lembro-me do dia em que fui perto de sua casa apanhar o retrato que me prometera na véspera. Esperei-a junto a uma árvore; chovia uma chuva fina. Lembro-me de que tinha uma saia escura e uma blusa de cor viva, talvez amarela; que estava sem meias. Os leves pelos de suas pernas lindas queimados pelo sol de todo dia na praia estavam arrepiados de frio. Senti isso mais do que vi, e, entretanto, esta é a minha impressão mais forte de sua presença de catorze anos: as pernas nuas naquele dia de chuva, quando a grande amendoeira deixava cair na areia grossa pingos muito grandes. Falou muito perto de mim, e perguntei se tomara café; seu hálito cheirava a café. Riu, e disse que sim, com broas. Broas quentinhas, eu queria uma? Saiu correndo, deu a volta à casa, entrou pelos fundos, voltou depois (tinha dois ou três pingos de água na testa) com duas broas ainda quentes na mão. Tirou do seio a fotografia e me entregou.

Dei uma volta pela praia e pelas pedras para ir para casa. Lembro-me do frio vento sul, e do mar muito limpo, da água transparente, em maré baixa. Duas ou três vezes tirei do bolso a fotografia, protegendo-a com as mãos para que não se molhasse, e olhei. Não estava, como neste sonho de agora, sentada em uma canoa, e não me lembro como estava, mas era na praia e havia uma canoa. “Com sincero afeto...” comi uma broa devagar, com uma espécie de unção.

Foi isso. Ninguém pode imaginar por que sonha as coisas, mas essa broa quente que recebi de sua mão vinte anos atrás me lembra alguma coisa que comi ontem em casa de minha irmã. Almoçamos os dois, conversamos coisas banais da vida da cidade grande em que vivemos. Mas na hora da sobremesa a empregada trouxe melado. Melado da roça, numa garrafa tampada com um pedaço

de milho – e veio também um prato de aipim quente, de onde saía fumaça. O gosto desse melado com aipim era um gosto de infância.

Foi no tempo da descoberta da beleza das coisas: a paisagem vista de cima do morro, uma pequena caixa de madeira escura, o grande tacho de cobre areado, o canário belga, uma comprida canoa de rio de um só tronco, tão simples, escura, as areias do córrego sob a água clara, pequenas pedras polidas pela água, a noite cheia de estrelas... Uma descoberta múltipla que depois se ligou tudo a essa moça de um moreno suave, minha companheira de praia.

Foi em sonho que revi a longamente amada; entretanto, não era a mesma; seu sorriso e sua beleza que me entontecia haviam vagamente incorporado, atravessando as camadas do tempo, outras doçuras, um nascimento dos cabelos acima da orelha onde passei meus dedos, a nuca suave, com o mistério e o sossego das moitas antigas, os braços belos e serenos. Gostaria de descansar minha cabeça em seus joelhos, ter nas mãos o músculo meigo das panturrilhas.

Tudo o que envolve a amada nela se mistura e vive, a amada é um tecido de sensações e fantasias e se tanto a tocamos, e prendemos e beijamos é como querendo sentir toda sua substância que, entretanto, ela absorveu e irradiou para outras coisas, o vestido ruivo, o azul e branco, aqueles sapatos leves e antigos de que temos saudade; e quando está junto a nós imóvel sentimos saudade de seu jeito de andar; quando anda, a queremos de pé, diante do espelho, os dois belos braços erguidos para a nuca, ajeitando os cabelos, cantarolando alguma coisa, antes de partir, de nos deixar sem desejo mas com tanta lembrança de ternura ecoando em todo o corpo.

(BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. Circulo do Livro S.A. – São Paulo. Fragmento.)

Assinale, a seguir, a expressão que denota dígrafo vocálico.

- (A) chuva
- (B) sorria
- (C) sincero
- (D) espelho
- (E) sossego



2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2021)**JORNALISMO – CRISE VERSUS OPORTUNIDADE**

O jornalismo está fustigado não apenas por uma crise grave. Vive uma mudança cultural vertiginosa, enlouquecida, mas fascinante. A revolução digital é um processo disruptivo.

Quebra todos os moldes e exige uma baita reinvenção pessoal.

Quem não tiver disposição de mudar a própria cabeça, rápida e efetivamente, deve comprar uma rede e contemplar as belezas do mar.

O jornalismo vai morrer? Não. Nunca se consumiu tanta informação como na atualidade. O modelo de negócios está na UTI. A publicidade tradicional evaporou-se. E não voltará. Além disso, perdemos o domínio da narrativa.

O modo de produzir informação e o diálogo com o consumidor romperam o modelo tradicional. As pessoas rejeitam intermediações – dos partidos, das igrejas, das corporações, dos veículos de comunicação.

O que fazer? Olhar para trás? Tentar fazer mudanças cosméticas? Fazer o papel ridículo das velhas de minissaia? Não. Precisamos olhar para a frente e descobrir incríveis oportunidades.

Mas é preciso, previamente, fazer uma autocrítica corajosa a respeito do modo como vemos o mundo e dialogamos com ele.

Qual é o nosso mundo? Antes da era digital, em quase todas as famílias existia um álbum de fotos. Lembra-se disso, amigo leitor? Lá estavam nossas lembranças, nossos registros afetivos, nossa saudade. Muitas vezes abríamos o álbum e a imaginação voava. Era bem legal.

Agora fotografamos tudo e arquivamos compulsivamente.

Nosso antigo álbum foi substituído pelas galerias de fotos de nossos dispositivos móveis. Temos overdose de fotos, mas falta o mais importante: a memória afetiva, a curtidão daqueles momentos. Fica para depois. E continuamos fotografando e arquivando. Pensamos, equivocadamente, que o registro do momento reforça sua lembrança, mas não é assim. Milhares de fotos são incapazes de superar a vivência de um instante. É importante guardar imagens. Mas é muito mais importante viver cada momento com intensidade. As relações afetivas estão sucumbindo à coletiva solidão digital.

Algo análogo, muito parecido mesmo, acontece com o consumo da informação. Navegamos freneticamente no espaço virtual. Uma enxurrada de estímulos dispersa a inteligência.

Ficamos reféns da superficialidade. Perdemos contexto e sensibilidade crítica. A fragmentação dos conteúdos pode transmitir certa sensação de liberdade. Não dependemos, aparentemente, de ninguém. Somos os editores do nosso diário personalizado.

Será?

Não creio, sinceramente. Penso haver uma crescente nostalgia de conteúdos editados com rigor, critério e qualidade técnica e ética. Há uma demanda reprimida de reportagem. É preciso reinventar o jornalismo e recuperar, num contexto muito mais transparente e interativo, as competências e a magia do jornalismo de sempre.

Jornalismo sem alma e sem rigor. É o diagnóstico de uma perigosa doença que contamina redações. O leitor não sente o pulsar da vida. As reportagens não têm cheiro do asfalto. É preciso dar novo brilho à reportagem e ao conteúdo bem editado, sério, preciso, isento.

É preciso contar boas histórias. Com transparência e sem filtros ideológicos. O bom jornalista ilumina a cena, o repórter manipulador constrói a história. Sucumbe-se, frequentemente, ao politicamente correto.

Certas matérias, algemadas por chavões inconsistentes que há muito deveriam ter sido banidos das redações, mostram o flagrante descompasso entre essas interpretações e a força eloquente dos números e dos fatos. Resultado: a credibilidade, verdadeiro capital de um veículo, se esvai pelo ralo dos preconceitos.

A crise do jornalismo está intimamente relacionada com a perda de qualidade do conteúdo, com o perigoso abandono de sua vocação pública e com sua equivocada transformação em produto mais próprio para consumo privado. É preciso recuperar o entusiasmo do “velho ofício”. É urgente investir fortemente na formação e qualificação dos profissionais. O valor do jornalismo se chama informação de alta qualidade, talento, critério, ética, inovação. O Brasil precisa da segurança da informação confiável.

(Carlos Alberto Di Franco. O Estado de São Paulo Acesso em: 06/09/2021. Adaptado.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

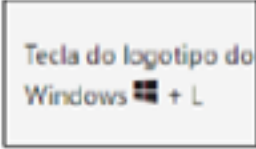
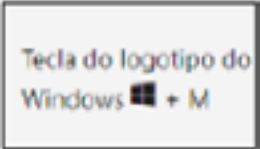
Os diretórios “C:\Arquivos de programas” e “C:\Arquivos de Programas (x86)” são pastas padrão em Sistemas Operacionais Windows (Configuração Padrão – Idioma português Brasil), e sua função está relacionada à organização e armazenamento de aplicativos instalados no sistema. No Windows 10 Pro (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), em sua versão 64 Bits, por padrão em sua grande maioria, em qual diretório são instalados os aplicativos 64 Bits?

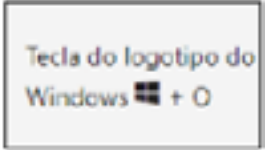
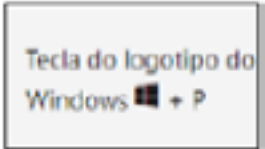
- (A) C:\Windows
- (B) C:\Windows\System32
- (C) C:\Arquivos de programas
- (D) C:\Arquivos de programas(x86)

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

No ambiente corporativo, o uso de múltiplos monitores oferece várias vantagens para o usuário como, por exemplo, aumento da área de trabalho, facilidade para realizar multitarefas, referência e comparação de informação e aumento da produtividade em geral, pois reduz a necessidade de alternar entre os aplicativos, tornando mais fácil manter o foco nas tarefas em andamento. No Windows 10 Pro (Configuração Padrão – Idioma português – Brasil), é possível alterar a forma com que o Windows projeta a área de trabalho; ele oferece as seguintes opções – “Tela do computador somente”, “Duplicar”, “Estender” e “Segunda tela somente”.

Qual combinação de tecla ativa a opção “Projetar” do modo de exibição da apresentação do Windows?

- (A) 
- (B) 

- (C) 
- (D) 

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, lançado em 29 de julho de 2015, para substituir o Windows 8. Sobre os recursos disponíveis no

Windows 10, qual recurso foi descontinuado nessa versão de sistema operacional?

- (A) Cortana.
- (B) Microsoft Edge.
- (C) Internet Explorer.
- (D) Windows Defender.

4. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

As teclas de atalho são combinações de teclas que ativam funções específicas no sistema, proporcionando uma maneira direta e objetiva de aumentar a produtividade. Essas combinações economizam tempo em determinadas tarefas, tornando a execução de atividades mais eficiente. No Microsoft Windows 10 Pro (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), a combinação de teclas responsável por criar pastas é:

- (A) Ctrl + Shift + C
- (B) Ctrl + Shift + B
- (C) Ctrl + Shift + N
- (D) Ctrl + Shift + E

AMOSTRA

5. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

O Windows 10 oferece aos usuários uma grande quantidade de recursos. Um deles é o recurso que proporciona, por meio do Explorador de Arquivos, a visualização de uma lista com as pastas frequentemente acessadas e outra lista com os arquivos mais recentes. É permitido também ao usuário, caso queira que estas informações não sejam mostradas, desativar a exibição. Este procedimento pode ser iniciado através do próprio Explorador de Arquivo, clicando em:

- (A) Exibir e depois em Opções.
- (B) Ferramentas e depois em Opções.
- (C) Exibir e depois em Desativar Exibição.
- (D) Ferramentas e depois em Ocultar Exibição.

6. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Considerando o Windows 10, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, sobre o recurso Economia de Bateria, analise as afirmativas a seguir.

I. É uma novidade do Windows 10 que está disponível em todas as versões e em qualquer dispositivo.

II. É ligado, automaticamente, pelo Windows, quando a carga da bateria fica abaixo de 20%, mas que pode ser ativado pelo usuário, quando notar que o dispositivo está consumindo muita bateria.

III. Conserva a energia da bateria (e, logo, estende sua duração), regulando as atividades em segundo plano e as configurações de hardware.

IV. A redução do brilho de tela é padrão, não sendo permitido alterá-la.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

7. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Em um computador, com tela touchscreen (toque na tela ou tela sensível ao toque), com o Sistema Operacional Windows 10, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, caso seja necessário mostrar os comandos disponíveis em um aplicativo no modo de tela inteira, um atalho de teclado, com o uso da tecla Win (tecla logotipo do Windows), poderá ser utilizado. Trata-se de [Tecla Win + ____]:

- (A) T
- (B) U

- (C) V
- (D) X
- (E) Z

8. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

A ferramenta Restaurar do Windows 10 permite a reinstalação do sistema como se estivesse em um computador novo. Ela possui duas opções: Manter Meus Arquivos e Remover tudo. Em relação à opção Manter Meus Arquivos desta ferramenta, podemos afirmar que ela reinstala

- (A) o Windows, mas preserva as contas de usuário.
- (B) o Windows, mas mantém apenas os programas da área de trabalho.
- (C) o sistema, contudo mantém apenas os arquivos do usuário Administrador.
- (D) o sistema, entretanto mantém apenas os arquivos do usuário que está executando a operação de restauração.

9. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft, o qual é dotado de diversos recursos e características. Trata-se de uma característica:

- (A) Suporte apenas para processadores Intel.
- (B) Ausência de ferramenta de backup nativa.
- (C) Possibilidade de uso de múltiplos desktops.
- (D) Interface gráfica semelhante ao Windows 95.

10. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Embora o Windows 10 esteja disponível em muitas edições, a maioria delas é projetada para fins específicos e não estão disponíveis para o público em geral. A edição do Windows 10, que é projetada para uso em empresas e organizações de grande porte é:

- (A) Windows 10 Home.
- (B) Windows 10 Mobile.
- (C) Windows 10 Education.
- (D) Windows 10 Enterprise.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. (2023)

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

BRASIL. Ministério da Economia. Orçamento Público. Brasília: Ministério da Economia, [s.d.] Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>. Acesso em: 24 jun. 2028.

Nesse contexto, qual fundamento é adequado para uma correta elaboração e execução de orçamento público?

- (A) O orçamento público não permite a realocação de recursos entre os diferentes programas e projetos governamentais.
- (B) O orçamento público não exige a necessidade de auditoria do uso dos recursos públicos.
- (C) O orçamento público é um instrumento que permite ajustes e adaptações ao longo do ano fiscal.
- (D) As despesas e receitas do orçamento público são registradas de forma genéricas, para melhorar arrecadação, fiscalização e administração das receitas públicas.
- (E) O orçamento público se limita ao registro das despesas e receitas prioritárias.

2. (2023)

Orçamento público é conceituado como

- (A) instrumento legal que estabelece todas as despesas que poderão ser feitas pelo poder público, com base numa estimativa de receita.
- (B) documento que relata as atividades realizadas por uma instituição pública em um determinado período.

(C) plano estratégico que orienta as ações a longo prazo.

(D) conjunto de normas e procedimentos que regulamentam a gestão financeira de uma instituição pública.

3. (2023)

“O Orçamento Público é o ato pelo qual o Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo lhe autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.” (BALEEIRO, 2015)

Considerando os principais elementos contidos no conceito, está **correto** afirmar que o

- (A) Poder Executivo é responsável pela consolidação das propostas orçamentárias elaboradas por cada Poder e envio ao Poder Legislativo, pois o orçamento é um ato de sua iniciativa exclusiva.
- (B) Poder Legislativo que autoriza o orçamento encaminhado pelo Poder Executivo, sendo condição obrigatória para sua execução conforme aprovado.
- (C) orçamento refere-se a um período delimitado de 12 (doze) meses, denominado exercício financeiro e que pode corresponder ou não com o ano civil.
- (D) orçamento prevê as despesas do ente federado e deve apresentar somente aquelas destinadas a prestação e manutenção de serviços públicos.
- (E) orçamento fixa as receitas do ente federado e deve apresentar a arrecadação somente daquelas destinadas a execução da política econômica do país.



AMOSTRA

4. (2023)

Quanto aos aspectos do orçamento, aquele que tem como uma de suas características o foco nos melhores resultados para a sociedade, buscando a racionalização no processo de alocação dos recursos para o equilíbrio das contas públicas, classifica-se como:

- (A) político
- (B) técnico
- (C) jurídico
- (D) econômico

5. (2023)

Tem como uma de suas principais características constituintes expressar, física e financeiramente, os programas de trabalho do governo. Trata-se do orçamento

- (A) participativo.
- (B) programa.
- (C) tradicional.
- (D) incremental.
- (E) base zero.

6. (2022)

Sobre o orçamento participativo, analise as afirmativas abaixo e coloque V nas Verdadeiras e F nas Falsas.

() Trata-se de um programa político municipal com o intuito de socializar a política administrativa e jurídica, ou seja, garantir aos munícipes acesso à arena decisória e informações técnicas a respeito da distribuição de recursos.

() Aos munícipes cabe exporem suas demandas e votarem quais destas serão a prioridade para investimento.

() Caracteriza-se por instituir arenas decisórias onde os indivíduos possam participar do processo orçamentário, tenham eles ou não experiência organizativa; é um processo de participação universal.

() Nas assembleias, elegem-se também representantes locais (delegados e conselheiros) que farão o diálogo com a prefeitura para a implementação de obras.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- (A) V, V, V, V
- (B) V, V, F, V
- (C) V, F, F, V

(D) V, F, F, F

(E) V, F, V, F

7. (2021)

As práticas orçamentárias evoluíram ao longo do tempo, passando de uma concepção tradicional para uma visão moderna de orçamento e fazendo surgir modelos orçamentários com diferentes lógicas.

Uma característica associada à lógica do orçamento-programa é:

- (A) a alocação de recursos visa à aquisição de meios;
- (B) as decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações técnicas;
- (C) as decisões de alocação têm ênfase nas necessidades financeiras das unidades organizacionais;
- (D) os principais critérios classificatórios são por unidade e por elemento de despesa;
- (E) o processo orçamentário é dissociado do processo de planejamento.

8. (2025)

O orçamento público é um tema fundamental no âmbito da administração pública, pois está associado ao planejamento da alocação dos recursos públicos. Um dos princípios orçamentários relaciona-se à necessidade de tornar o orçamento público cada vez mais transparente e acessível para conhecimento de todos.

É **correto** afirmar que esse é o princípio da/do

- (A) exatidão.
- (B) equilíbrio.
- (C) anualidade.
- (D) publicidade.
- (E) programação.



NOÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLES INTERNO E EXTERNO

1. (2022)

As ações exercidas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual destinar-se-ão, ainda, conforme prevê a Lei Estadual n.º 6.176/98 e alterações, a subsidiar:

- (A) o exercício da direção superior da administração pública estadual, a cargo do Secretário da Fazenda.
- (B) a supervisão de áreas dos Secretários Especiais de Estado.
- (C) a supervisão setorial dos Secretários Executivos de Estado e dirigentes de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Indireta apenas.
- (D) a informalização da gestão pública nos aspectos da formulação, planejamento, coordenação, execução e controle das políticas públicas.

2. (2022)

O controle da Administração Municipal do Poder Executivo, exercendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncias de receitas, visando a salvaguarda dos bens, é de competência da:

- (A) Secretaria Municipal de Finanças e Tributos (SEMFT).
- (B) Secretaria Municipal de Controle Interno (SEMCI).
- (C) Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (SMTE).
- (D) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo (SEMIU).
- (E) Pasta Especial do Chefe de Gabinete do Prefeito (CHEGP).

3. (2022)

Tem a função de acompanhar tanto das receitas como despesas, fornecendo subsídios ao gestor através de relatórios das eventuais distorções, da possível utilização despropositada dos recursos e de qualquer eventualidade de danos ao erário público. Estamos tratando da:

- (A) Execução Tributária.
- (B) Execução Orçamentária.
- (C) Execução Pecuniária.
- (D) Execução Primária.
- (E) Execução Ordinária.

4. (2022)

No Controle Externo Popular as contas dos Municípios ficarão anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei. O prazo legal à disposição do contribuinte é de?

- (A) 20 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 40 dias.
- (D) 50 dias.
- (E) 60 dias.

5. (2023)

Em relação ao controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

I. O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá fixar prazo para que o órgão ou a entidade fiscalizada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e, em caso de descumprimento, caberá ao TCU declarar a inconstitucionalidade do convênio, do acordo, do ajuste ou de outros instrumentos congêneres firmados por tal órgão ou entidade.

II. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato detém legitimidade para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCU.



AMOSTRA

III. A atuação do TCU, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades administrativas, não se confunde com a atividade fiscalizatória realizada pelo próprio órgão administrativo, uma vez que esta atribuição decorre de controle interno inerente a cada Poder, ao passo que aquela decorre do controle externo a cargo do Congresso Nacional.

IV. O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre atos da administração pública, conhecido como controle sentencial, abrange a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para os cargos de provimento em comissão.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

6. (2025)

Quanto ao controle externo da Administração Pública e à responsabilização por desempenho, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O controle externo da Administração Pública é exercido pelos parlamentos com o auxílio de órgãos técnicos, chamados de entidades de fiscalização inferior (EFI).
- (B) Apesar de os deveres de eficiência e de prestação de contas por desempenho serem exigidos do setor público, inclusive em alguns dispositivos constitucionais, observa-se que os mecanismos de responsabilização por desempenho não são tão claros e reconhecidos quanto os mecanismos de responsabilização por conformidade a normas.
- (C) Os instrumentos tradicionais de fiscalização, processamento e punição usados pelos órgãos de controle no exercício do tradicional e relevante controle da legalidade são adequados e suficientes para o exercício da responsabilização por desempenho.
- (D) O ambiente no qual se desenvolve a responsabilização por desempenho é mais previsível e padronizável do que o ambiente de comando e controle da responsabilização mediante controles procedimentais.

(E) O tratamento das informações sobre desempenho deve ser voltado para o público em geral e para o Legislativo, ambos especialistas, pois, de outro modo, elas seriam inúteis para a promoção da transparência, do debate democrático e da responsabilização mediante controle social.

7. (2024)

Nos termos da ISSAI 20, "Accountability e a transparência são dois elementos importantes de boa governança. A transparência é uma força poderosa que, quando aplicada de forma consistente, pode ajudar a combater a corrupção, melhorar a governança e promover a accountability."

Segundo a referida norma, avalie se o conceito de accountability refere-se à estrutura jurídica e de comunicação, à estrutura organizacional e estratégia, aos procedimentos e às ações para garantir que

I. as EFS cumpram as obrigações legais do seu mandato de auditoria e produção de relatórios necessários dentro de seu orçamento.

II. as EFS avaliem e monitorem o seu próprio desempenho, bem como o impacto da sua auditoria.

III. as EFS produzam relatórios sobre a regularidade e a eficiência do uso de recursos públicos, inclusive suas próprias ações e atividades e o uso dos recursos da EFS.

IV. o dirigente da EFS, os membros (de instituições colegiais) e os servidores da EFS possam ser responsabilizados pelos seus atos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) II e III, somente.



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Sobre as variadas concepções ou aceções a serem consideradas para conceituar o termo “Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

I. No sentido político de Carl Schmitt, a Constituição se aloca no mundo do dever-ser, e não no mundo do ser, caracterizando-a como decorrência da vontade racional do homem, e não das leis naturais.

II. Do ponto de vista material, o que vai definir se uma norma é constitucional é o seu conteúdo, pouco importando a forma pela qual essa norma foi introduzida no ordenamento jurídico, se dentro ou fora do texto constitucional.

III. No sentido jurídico, associado a Hans Kelsen, a constituição de um país é uma decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.), decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política, diferenciando-a de leis constitucionais, que são os demais dispositivos inscritos no texto do documento constitucional.

IV. No sentido sociológico, associado ao alemão Ferdinand Lassalle, a constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder (forças políticas, econômicas e sociais) que regem a sociedade, sendo esta a Constituição real e efetiva.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Os Princípios Fundamentais, também chamados de Princípios Constitucionais, formam a base de toda a organização do Estado brasileiro. Neste sentido, considere o princípio que é tido como um objeto e um direito fundamental das pessoas; representa um verdadeiro status do ser humano; assegura o direito de participação na vida política do Estado; sua previsão, com o fundamento do Estado brasileiro, exige que o poder público

incentive a participação popular nas decisões políticas do Estado. Está intimamente ligado ao conceito de democracia, pois supõe que o cidadão se sinta responsável pela construção de seu Estado, pelo bom funcionamento das instituições. Trata-se do Princípio Constitucional da:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Iniciativa popular.
- (D) Valorização do trabalho e da livre iniciativa.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Considere que determinado governante brasileiro tenha negado asilo político a um indivíduo, sem que houvesse razões jurídicas para tal conduta. Neste caso, referida autoridade pública ofendeu:

- (A) Princípio básico da administração pública brasileira.
- (B) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (C) Princípio constitucional que rege as relações internacionais do Brasil.
- (D) Direito fundamental garantido exclusivamente aos brasileiros naturalizados.
- (E) Objetivo constitucional ligado aos direitos sociais de brasileiros e estrangeiros.

4. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Sobre os princípios fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, tem-se que a República Federativa do Brasil:

I. Rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da autodeterminação dos povos.

II. Busca a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

III. É formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

IV. Tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e, o pluralismo político.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.



AMOSTRA

- (C) II e III, apenas.
(D) III e IV, apenas.

5. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil são valores que orientaram na elaboração da Constituição e são considerados os mandamentos nucleares do sistema constitucional; possuem como função estruturar o ordenamento jurídico, conferir coerência e lógica ao sistema, nortear a interpretação normativa e subsidiar as lacunas jurídicas. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

- (A) O pluralismo político é um poder conferido aos Estados e municípios de forma independente e harmônica.
(B) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da solução pacífica dos conflitos.
(C) O princípio fundamental da soberania nacional é considerado o principal dentre todos os demais expressos na CF/1988.
(D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um dos princípios fundamentais.

6. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Os princípios fundamentais da República são tratados no Título I de nossa Constituição Federal e abrangem os fundamentos e objetivos da República; os poderes da União; e, os princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil. Em relação a esse tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado brasileiro tem como regime político o Presidencialista.
(B) A República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais os valores sociais do trabalho e a liberdade de expressão.
(C) A promoção do bem a todos, sem quaisquer preconceitos e discriminações, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
(D) São poderes da União, independentes entre si – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo subordinados o Legislativo e o Executivo ao poder Judiciário em virtude de suas competências de controle.

7. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Os princípios fundamentais são os mandamentos nucleares e os valores que regem a Constituição Federal de 1988, visando estruturar o ordenamento jurídico, conferir coerência e lógica ao sistema, nortear a interpretação e integrar as normativas – representam decisões políticas fundamentais que orientam a nossa Constituição. De acordo com a previsão constitucional, são fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil, respectivamente, os seguintes princípios:

- (A) Igualdade entre os Estados e cidadania.
(B) Independência nacional e pluralismo político.
(C) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e garantia do desenvolvimento nacional.
(D) Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e soberania.

8. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Considerando o disposto na Constituição Federal do Brasil, o Princípio Fundamental que NÃO admite restrições, nem mesmo por meio de Emendas Constitucionais, refere-se ao Princípio do(a):

- (A) Pluralismo Político.
(B) Separação dos Poderes.
(C) Dignidade da Pessoa Humana.
(D) República Federativa do Brasil.

9. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Tendo por base o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Fundamentos da República Federativa do Brasil.
 2. Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil.
 3. Princípios da República Federativa do Brasil nas Relações Internacionais.
- () Prevalência dos direitos humanos.
() Garantir o desenvolvimento nacional.
() Soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana.
() Erradicar a pobreza e a marginalização.
() Reduzir as desigualdades sociais.

A sequência está correta em

- (A) 3, 2, 1, 2, 2.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

Durante fiscalização sanitária, certo agente público municipal competente se deparou com o acúmulo de lixo e fezes de animais aos fundos de determinado restaurante. Diante disso, passou a tomar as medidas e os atos legalmente cabíveis para a situação. Irritada, a pessoa que se apresentou como dona do recinto expulsou o agente do local. Ainda, afirmou que nenhuma multa, restrição ou determinação administrativa seria aplicada, pouco importando que o agente agiu conforme a lei, pois, como estavam ali apenas os dois, procuraria um advogado para lhe defender e ajuizar uma ação, sendo apenas a palavra dele contra a dela no que se refere à questão sanitária averiguada. Diante do exposto, assinale o atributo do ato administrativo que se contrapõe diretamente ao trecho de justificativa contido na afirmação da titular do estabelecimento.

- (A) Imperatividade.
- (B) Autoexecutoriedade.
- (C) Presunção de legalidade.
- (D) Presunção de veracidade.

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Dentre os atributos do ato administrativo temos a autoexecutoriedade, que permite à Administração Pública realizar a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, usando a força física, se preciso for, para desconstruir a situação violadora da ordem jurídica. São considerados exemplos de autoexecutoriedade, **EXCETO**:

- (A) Dispersão de passeata imoral.
- (B) Fechamento de açougue pela vigilância sanitária.
- (C) Interdição de estabelecimento comercial irregular.
- (D) Aplicação de multa de trânsito a veículo parado em local proibido.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Sabe-se que os atos administrativos são instrumentos essenciais para o funcionamento da Administração Pública. Eles são manifestações de vontade dos órgãos e agentes públicos que visam produzir efeitos jurídicos, regulando as relações entre o Estado e os administrados. Diante do exposto, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

(A) Enunciativo: são todos aqueles em que a Administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, sem se vincular ao seu enunciado.

(B) Normativo: caracterizado pela generalidade e abstração; isso significa que tais atos não atingem situações concretas específicas, mas se destinam a normatizar situações futuras. São atos discricionários e se submetem às mesmas regras de controle judicial das leis.

(C) Negocial: aquele em que a vontade da administração coincide com a pretensão de um particular. Eles são exigidos quando o particular necessita obter uma anuência ou consentimento prévio do Estado para poder exercer legitimamente determinada atividade. Podem ser discricionários ou vinculados.

(D) Ordinatório: possui a finalidade de disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos agentes públicos; portanto, eles têm alcance interno. Nessa linha, o seu fundamento é o poder hierárquico, pois esses atos são editados por um superior, tendo como destinatários os seus subordinados.

AMOSTRA

4. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Considere que o Secretário de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO tenha expedido uma Ordem de Serviço, destinada aos servidores da Gerência de Gestão de Pessoas. Quanto ao tema noções de atos administrativos, é correto afirmar que a Ordem de Serviço

- (A) é um ato administrativo; logo, um de seus requisitos de validade é a competência.
- (B) sendo um ato geral, sua validade depende de homologação pelo Governador do Estado.
- (C) classifica-se como ato disciplinar, já que, se não cumprida, gera sanção aos servidores públicos.
- (D) classifica-se como ato individual, já que foi emanado de uma única autoridade administrativa.
- (E) é um termo que pertence à terminologia de empresas privadas, logo, o referido ato deveria ser um decreto.

5. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Em relação às espécies de atos administrativos – normativo; ordinatório; negocial; enunciativo; e, punitivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Algum ato enunciativo é punitivo.
- (B) Nenhum ato administrativo punitivo é negocial.
- (C) Todo ato administrativo ordinatório é normativo.
- (D) Todo ato administrativo enunciativo é ordinatório.
- (E) Nenhum ato administrativo negocial é enunciativo.

6. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

Rodolfo encontrava-se no prédio onde funciona a sede de órgão público municipal responsável pela arrecadação de tributos. Em determinado momento, Rodolfo decide se passar por funcionário público daquele órgão e começa a receber de alguns contribuintes valores relacionados ao pagamento de IPTU. Considerando a situação apresentada, e em relação aos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) A conduta de Rodolfo, apesar de irregular, não pode ser considerada crime.
- (B) Trata-se de vício do ato administrativo, no que diz respeito ao elemento forma.

(C) O ato administrativo praticado por Rodolfo é inválido, mas, nesse caso, pode ser perfeitamente convalidado.

(D) O ato administrativo praticado por Rodolfo deve ser considerado válido, devido à boa-fé dos contribuintes no momento do pagamento.

(E) Rodolfo não tem competência para a prática do ato administrativo, pois não está investido em cargo público. Trata-se de caso de usurpação de função pública.

7. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Ato normativo é extinto em decorrência de novo ato que produz efeito contraposto. Trata-se da forma de extinção de atos administrativos:

- (A) Absorção.
- (B) Derrubada.
- (C) Consunção.
- (D) Convalidação.

8. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Sobre a invalidação dos atos administrativos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A anulação é a declaração de invalidade do ato administrativo produzido em desobediência à norma legal.
- (B) São insuscetíveis de revogação os atos administrativos que exauriram seus efeitos, isto é, aqueles cujos efeitos já tiverem esgotado.
- (C) Se admite a revogação praticada pelo Poder Legislativo de ato do Poder Executivo, quando no exercício de sua função típica legislativa.
- (D) A Administração pode revogar seus atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

1. 2025

Com base na Lei Orgânica do Município de Manaus, é correto afirmar que os limites do Município somente poderão ser alterados:

- (A) por meio de decreto legislativo municipal, desde que haja anuência dos municípios vizinhos.
- (B) mediante consulta pública à população afetada, aprovada por maioria simples da Câmara Municipal.
- (C) conforme previsto exclusivamente na Constituição da República Federativa do Brasil.
- (D) de acordo com a forma prevista tanto na Constituição da República quanto na Constituição do Estado do Amazonas.
- (E) se houver interesse do Prefeito e aprovação em sessão extraordinária da Câmara.

2. 2025

Segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus, no exercício de sua autonomia, o Município poderá:

- (A) editar leis, desde que em consonância com leis estaduais e federais, ainda que contrarie seus próprios interesses locais.
- (B) instituir atos normativos apenas por meio de decretos legislativos aprovados pela Câmara.
- (C) adotar medidas pertinentes aos seus interesses e necessidades administrativas, inclusive editando leis.
- (D) aplicar medidas exclusivamente após consulta ao Tribunal de Contas do Estado.
- (E) exercer atos administrativos apenas mediante delegação do Estado do Amazonas.

3. 2025

Assinale a alternativa que apresenta uma competência expressa do Município de Manaus, conforme a Lei Orgânica:

- (A) Julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Criar tributos estaduais e federais no território municipal.

(C) Legislar sobre interesse local e suplementar legislação federal e estadual quando couber.

(D) Regular o sistema bancário e fiscalizar o Banco Central no âmbito do município.

(E) Expedir decretos estaduais com força de lei sobre políticas públicas.

4. 2025

A respeito da Guarda Municipal prevista na Lei Orgânica do Município de Manaus, é correto afirmar que:

- (A) Sua criação depende exclusivamente de lei estadual que discipline sua estrutura e atribuições.
- (B) Ela pode proteger apenas os bens móveis do Município.
- (C) Está destinada à proteção de bens, serviços e instalações do Município, devendo possuir corpo especializado de proteção ambiental.
- (D) Sua atuação limita-se à zona rural do Município.
- (E) É uma entidade autônoma e independente do Poder Executivo Municipal.

5. 2025

A atuação conjunta do Município de Manaus com a União e o Estado do Amazonas, segundo a Lei Orgânica, está prevista de forma complementar no exercício de competências como:

- (A) apenas nos casos de calamidade pública.
- (B) unicamente no setor educacional.
- (C) nas competências enumeradas no art. 23 da Constituição da República, como proteção ambiental e combate à pobreza.
- (D) sempre que houver transferência de recursos financeiros.
- (E) quando houver delegação legislativa formal e exclusiva.

6. 2025

O processo legislativo municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus, compreende, entre outras espécies normativas, a elaboração de:



AMOSTRA

- (A) emendas à Constituição Estadual, leis federais e decretos executivos.
- (B) leis complementares, leis ordinárias, resoluções e portarias executivas.
- (C) leis complementares, decretos legislativos, resoluções e leis delegadas.
- (D) resoluções, decretos estaduais e medidas provisórias.
- (E) portarias legislativas, resoluções e atos normativos infraconstitucionais.

7. 2025

Sobre as propostas de emenda à Lei Orgânica do Município de Manaus, é correto afirmar que:

- (A) Aprovadas em turno único por maioria simples da Câmara, seguem para sanção do Prefeito.
- (B) Devem ser propostas exclusivamente pelo Prefeito ou por Comissão Parlamentar Permanente.
- (C) Exigem dois turnos de votação, sendo aprovadas se obtiverem maioria simples em ambos.
- (D) São aprovadas quando obtiverem, em dois turnos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.
- (E) São submetidas a referendo popular obrigatório após a votação na Câmara.

8. 2025

A revisão da Lei Orgânica do Município de Manaus só poderá ocorrer por meio de:

- (A) plebiscito previamente autorizado pela Mesa Diretora da Câmara.
- (B) referendo municipal, aprovado por dois terços dos eleitores.
- (C) projeto de lei complementar apresentado por qualquer vereador.
- (D) projeto de emenda apresentado pela Comissão Especial de Revisão ou pela Mesa Diretora.
- (E) resolução legislativa aprovada pela maioria absoluta da Câmara.

9. 2025

Segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus, a iniciativa das leis complementares e ordinárias compete a:

- (A) somente ao Prefeito e à Mesa Diretora.
- (B) apenas aos vereadores e ao Prefeito.

- (C) qualquer vereador, comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.
- (D) exclusivamente aos cidadãos, por meio de projeto de iniciativa popular.
- (E) apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

10. 2025

O quórum necessário para aprovação de leis complementares no âmbito do Município de Manaus é:

- (A) maioria simples dos vereadores presentes à sessão.
- (B) dois terços dos membros da Câmara.
- (C) três quintos dos membros da Câmara.
- (D) maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (E) unanimidade dos vereadores presentes.

11. 2025

Assinale a alternativa que apresenta matéria de iniciativa legislativa privativa do Prefeito Municipal, conforme a Lei Orgânica de Manaus:

- (A) Código de Posturas.
- (B) Criação de cargos e funções públicas no Legislativo.
- (C) Alteração de nome de logradouros públicos.
- (D) Plano plurianual e orçamento anual.
- (E) Concessão de títulos honoríficos.

12. 2025

O projeto de lei aprovado pela Câmara de Manaus deve ser enviado ao Prefeito Municipal para sanção no prazo de:

- (A) 10 dias úteis, com sanção automática se houver silêncio.
- (B) 15 dias úteis, sob pena de arquivamento automático.
- (C) 5 dias úteis, e o Prefeito terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar.
- (D) 5 dias corridos, com prazo de 10 dias para o veto.
- (E) 10 dias úteis, e o silêncio do Prefeito implica rejeição tácita.

